

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – SESA; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN de Dois Vizinhos; Cristina Klobukoski – SESA; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Dóris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – CORESAN Pato Branco; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Maurício Barcellos Degelman – CORESAN Curitiba; Patricia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Ronaldo Juliano Pavlak – ITAIPU Binacional; Rosangela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Salete Maria Venâncio de Lima – CORESAN União da Vitória; Talita Slota Kutz – CORESAN Francisco Beltrão; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana.

Outros Participantes: Ana Carolina Brolo de Almeida – CAOPDH/MPPR; Ana Carolina Pinto Franceschi – CAOPDH/MPPR; Fátima Kleina – SESA; Ingridy Fhadine Hartmann Gonzales – SESA, Julia Momii – SESA; Rafaela T. Marioti – SESA; Regina Maria Ferreira Lang – UFPR.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura com aprovação de pauta e ata
2. Avaliação da Conferência Estadual e Conferência Nacional
3. Aprovação do calendário de atividades 2024
4. Relatos da Câmara
5. Encerramento.

1 **Memória:** Dando início à reunião, a presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos
2 presentes, agradecendo a participação de todas e todos e apresentando a pauta e ata da reunião para
3 aprovação. Quanto à aprovação da ata da reunião anterior, houve manifestação de Ana Carolina Pinto
4 Franceschi – CAOPDH/MPPR no intuito de aclarar o pedido realizado pelos membros do Ministério
5 Público do Paraná de requerer o nome das entidades e dos respectivos conselheiros que votaram o
6 pedido de inclusão de assunto relacionado à proteção de mananciais do município de Piraquara, na
7 plenária de setembro. Ana Carolina explica que a votação já havia sido realizada de maneira aberta e
8 o pedido de nomeação dos votantes foi feito posteriormente, de modo que pudesse constar em ata os
9 votos dados, ainda, explica que o pedido é regular e encontra-se respaldado no regimento do conselho,
10 e, de tal maneira, não houve coação. O secretário executivo Valdenir Veloso aponta que houve dois
11 pedidos de retificação da ata, sendo um deles do Ministério Público e outro da conselheira Marilze
12 Brandão de Assis, este, de adendos, já aprovado. Quanto ao pedido do MP, o secretário executivo

13 lembra que no regimento do CONSEA não há menção a votações abertas ou fechadas, somente a
14 dinâmica de votação, e que nunca houve uma votação qualitativa e sim quantitativa, limitando-se ao
15 número de conselheiros a favor e contra de proposta em análise. Lembra também que no segundo
16 dia de reunião, 29 de setembro, o conselheiro Davi de Abreu Rocha pediu para que constasse em ata
17 que havia se sentido coagido por ter seu nome e sua entidade requeridos pelo MP, sendo referendado
18 o pedido. De tal maneira, Valdenir Veloso passa a aprovação do pedido de alteração da ata do MP
19 para o conselheiro Davi que havia requerido que constasse em ata o ocorrido e também dos
20 conselheiros que referendaram o pedido. Passada a palavra para a Conselheira Marilze, afirma que
21 houve coação por parte do secretário executivo que recomendou aos conselheiros governamentais
22 que não votassem a inclusão do assunto dos mananciais na plenária de setembro. O secretário, diante
23 da colocação da conselheira, afirma que ocorreu uma orientação de voto governamental e que em
24 momento algum houve orientação do voto da sociedade civil, sendo que o voto governamental é
25 sempre organizado de modo a votar em um único sentido. Sendo aprovada pelos conselheiros, foi
26 alterada a palavra coação para constrangimento na ata da reunião de setembro. Aprovada a ata, passa-
27 se ao assunto da avaliação das conferências estadual e nacional. O conselheiro Marcelo Stelmach
28 comenta acerca do sucesso das propostas paranaenses na VI Conferência Nacional de SAN, em razão
29 da aprovação ou aglutinação de todas as ideias, não tendo havido propostas suprimidas. Com a
30 palavra, a conselheira Marilze informa sua indignação com relação ao ato desrespeitoso,
31 antidemocrático, e que fere todos os princípios que um conselho de políticas públicas adota, quando,
32 no lugar de discutir o fato de haver um manifesto da FESSAN, que representa um coletivo de
33 entidades e pesquisadores, que poderia ser discutido, aprovado ou rejeitado no momento das moções,
34 adotou-se um procedimento de chamar, no segundo dia, para subir ao palco as conselheiras Marilze
35 e Maria Isabel, que consideraram se tratar de uma apresentação ou agradecimento. Porém, relata a
36 conselheira, o que ocorreu foi uma fala, por uma das conselheiras e manifestação de aprovação de
37 outros para atacar o manifesto, visto que alguns se sentiram atingidos. Ao encerrarem suas
38 manifestações, deixaram a conselheira e Maria Isabel no palco, onde solicitaram a palavra para
39 esclarecimentos, porém o ambiente ficou tenso, deixando muitos da plateia sem entender e em uma
40 posição desconfortável. A conselheira Marilze continua, afirmando que a situação a deixou
41 consternada, abalando a conselheira Maria Isabel. Comenta que quando pediram a palavra, se
42 posicionaram para expressar que as observações do manifesto são de um coletivo, em que estão
43 ilustradas as dificuldades locais, que devem ser acompanhadas na prática pelo CONSEA, e que nunca
44 houve intenção de desmoralizar nenhum membro, visto que também fazem parte do CONSEA.
45 Destaca, ainda, que a nota de esclarecimento emitida pelo CONSEA foi subscrita por membros com
46 gestão que iniciará em 2024 sobre acontecimentos de 2023, e para tal deveriam ter sido chamados
47 todos os membros ainda em exercício, e que não foram chamados todos os membros ainda em
48 exercício. Passada a palavra à conselheira Jaciara Garcia, afirma que os nomes das conselheiras Maria
49 Isabel e Marilze não foram citados, e que o manifesto apresentado contém em suas primeiras folhas
50 verdades sobre desafios que ainda deverão ser sanados da atuação do CONSEA, mas que as páginas
51 seguintes não condizem com a realidade, inclusive que soube de um colega conselheiro que assinou
52 o manifesto sem ter lido todo o documento. Que no documento consta que houve ato de violência que
53 estava ligado ao seu nome, o que não condiz com a verdade e que as pessoas com quem tem contato
54 do governo estadual nunca a induziram em nenhuma decisão. Por fim, a conselheira Jaciara pede que
55 seu nome não seja vinculado em tal documento. Passada a palavra à conselheira Flávia Anastácio de
56 Paula, faz constar em ata um agradecimento especial ao núcleo de Cascavel pela organização da
57 Conferência Estadual e aos funcionários do IDR, visto que houve uma mudança na organização uma
58 semana antes, e a verba que viria do gabinete foi cancelada e coube ao núcleo reorganizar a

59 conferência. Ainda, agradece à conselheira Márcia Stolarski em relação à arte que teve de ser refeita
60 em menos de 15 dias para o evento. Faz constar, ainda que a conferência estava bem organizada e a
61 eleição dos delegados e dos seguimentos foi feita de maneira consensual. Passada a palavra ao
62 conselheiro Marcelo Stelmach, esse discorda do manifesto, principalmente no momento que criticava
63 os presidentes dos conselhos regionais e que os presidentes são vinculados ao Estado. A conselheira
64 Marilze utiliza a fala para responder aos comentários da conselheira Jaciara, afirmando que não havia
65 nomes ou menções a presidentes e que o documento não pertence a ela ou à conselheira Maria Isabel,
66 e sim a um fórum, esclarecendo que o nome de Jaciara constou no documento porque foi quem
67 chamou ao palco. A presidente Roseli Pittner comenta que o conselho já possui uma nova estratégia
68 para a próxima gestão, independentemente dos resultados das eleições, e que o conselho está
69 fortalecido. Menciona, ainda, que tem imagens do ocorrido. A conselheira Crístielen aponta que se
70 houvesse o direito de uma entidade se manifestar durante a VI Conferência Estadual de SAN, todas
71 as outras entidades também deveriam ter esse direito, de modo que a reunião teria seu fluxo alterado.
72 Em outro ponto, a conselheira comenta acerca da VI Conferência Nacional de SAN, especificamente
73 sobre a ausência de estandes do estado do Paraná, reportando que há dificuldades da coordenação de
74 receber ajuda de outros conselheiros na organização, de modo que alguns coordenadores ficariam
75 responsáveis integralmente pelo estande, sem poder exercer o papel de conselheiro a nível nacional.
76 Quanto à conferência estadual, a presidente Pittner afirma que há sempre alguns problemas com
77 pequenos atrasos de locomoção ou uma refeição imediata no momento da entrada, mas que todos os
78 conselheiros teriam alimentação a partir das 14h. Em aspecto geral, pontuou que a estrutura do hotel
79 é muito boa, com oferecimento variado de alimentos e com quartos bons. Sobre as palestras, afirma
80 que foram proveitosas e a abertura composta por pessoas de outras entidades trouxeram o que o
81 conselho quer, ou seja, a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, a segurança
82 alimentar, programas do estado. Em conversa com o secretário estadual da agricultura e
83 abastecimento Norberto Ortigara, Roseli Pittner comentou que os bons projetos que estão
84 acontecendo no estado do Paraná devem ser mostrados, visto que é o estado que mais tem programas
85 voltados à SAN, que é uma nova realidade, tendo em vista que antes somente existia o programa do
86 leite. Esse diálogo com o Estado, segundo a presidente, é bem-vindo. O secretário executivo Valdenir
87 Veloso comenta sobre o número elevado de participantes na VI Conferência Estadual de SAN e, em
88 comparação com outros estados, somente a Bahia teve uma conferência com números parecidos.
89 Menciona também que representantes do estado de São Paulo na conferência nacional elogiaram a
90 organização do Paraná, que funcionou durante os quatro anos em que não houve CONSEA a nível
91 nacional, e também o site do CONSEA, dizendo que é o único site de conselhos em que há atas,
92 calendário, sobre adesão, municípios aderidos e materiais de leitura. Ronaldo Juliano Pavlak,
93 conselheiro da Itaipu Nacional, comenta sobre sua participação na VI Conferência Nacional de SAN
94 e como os colegas do Paraná trabalharam de modo a aprovar as propostas, mesmo quando membros
95 do conselho de outros estados propuseram ações que não condizem com os entendimentos do
96 CONSEA, como recursos para financiar commodities. Ainda, o conselheiro manifesta seu
97 descontentamento com a estrutura fornecida, em vista da improvisada cozinha que fornecia a
98 alimentação do evento nacional. Com a palavra, o conselheiro Marcelo Stelmach afirma que não viu
99 necessidade de um estande do Paraná e que a presença dos delegados se deu nas salas de discussão
100 das propostas, havendo pelo menos um delegado paranaense presente em todas elas. Antes de passar
101 ao próximo item da pauta, a presidente Roseli Pittner apresenta o decreto assinado pelo presidente
102 que institui a política nacional de abastecimento alimentar e outro que institui a estratégia nacional
103 de segurança alimentar nas cidades, e um outro decreto que dispõe sobre os princípios, objetivos,
104 eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e

105 saudável no ambiente escolar, decretos que tratam diretamente do que o CONSEA vem lutando para
106 atingir. Quanto ao calendário 2024 do CONSEA, o secretário executivo aponta as datas de reuniões:
107 05 de fevereiro (reunião da diretoria); 14 e 15 de março (plenária presencial em Guarapuava); 29 de
108 abril (plenária virtual), 27 de maio (reunião da diretoria); 20 e 21 de junho (plenária presencial em
109 Toledo); 12 de agosto (reunião da diretoria), 12 e 13 de setembro (plenária presencial em Curitiba),
110 28 de outubro (plenária virtual), 18 de novembro (reunião da diretoria), e 05 e 06 de dezembro
111 (plenária presencial em Foz do Iguaçu). Valdenir Veloso relembra que são datas pré-estabelecidas e
112 que, havendo necessidade, poderá haver ajustes. Aprovado o calendário, passa-se a palavra ao
113 conselheiro Davi de Abreu, que pergunta acerca do Programa Compra Direta. Em resposta, Márcia
114 Stolarski afirma que houve inscrição de 190 organizações da agricultura familiar, sendo que serão
115 contratadas 179. Porém, mesmo havendo todos os preparativos, houve uma solicitação de desistência
116 da maior cooperativa de arroz do Estado, de modo que houve interferência no calendário do programa
117 pela negociação com outras cooperativas que produzem o cereal, para suprir a necessidade do
118 alimento. A conselheira também informa que será publicado o resultado no dia da reunião, entretanto
119 sem conseguir atingir os R\$ 60 milhões por conta da queda grande do arroz, com estimativa de R\$
120 58 milhões. Afirma também que o contrato terá vigência até o final do ano de 2025, e em caso da
121 falta de arroz deverá ser aberto um edital específico para o cereal. Passada a palavra para a conselheira
122 Marilze, inicia-se o relato dos trabalhos desenvolvidos e dos encaminhamentos da Câmara de direitos
123 humanos para a próxima gestão do Conselho. O relato possui a recomendação de que a secretaria
124 executiva disponibilize as pautas e documentos que compuseram esse período para que os novos
125 conselheiros possam dar sequência aos trabalhos, contribuindo para a continuidade do que se fizer
126 necessário. Ademais, há outras três recomendações, como a discussão no CONSEA contra a
127 terceirização da alimentação escolar; a questão indígena, muito trabalhada com a Itaipu; e o
128 acompanhamento das condicionalidades do Compra Direta. Em conclusão, a presidente Roseli Pittner
129 comenta acerca da participação do Estado na Conferência Nacional, que confirmou a situação positiva
130 do Paraná nas políticas de SAN, em relação à adesão ao sistema, organização das CORESAN's,
131 regionalização, eleição dos conselheiros. Finalizados os relatos, a presidente e os demais conselheiros
132 agradecem os membros presentes pelo ano de trabalho e encerra a reunião.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB